

## **Estado da Arte do Turismo na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)**

### **Eixo: Gestão Pública do Turismo**

#### **Resumo**

O presente estudo trata-se de uma caracterização do panorama da gestão pública do turismo nos 27 municípios que compõem a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) em busca de indicadores que pudessem colaborar com a gestão regional do turismo. A pesquisa pode ser classificada como quali-quantitativa com caráter exploratório e adotou como procedimentos metodológicos pesquisas bibliográficas, entrevistas estruturadas e consulta a uma base de dados já existente dos pesquisadores. Os dados do levantamento foram tabulados com o auxílio do programa Microsoft Office Excel e reunidos em planilhas de respostas. As análises estatísticas foram realizadas pelo mesmo programa, com a contagem da frequência dos parâmetros desejados das variáveis qualitativas e quantitativas. Como principais resultados obtidos, percebe-se que o turismo ainda não se encontra consolidado homogeneamente na RMS, embora note-se um certo interesse pelo fomento da atividade turística. Faz-se considerações sobre a gestão regional do turismo, a presença de corpo técnico qualificado nas secretarias, a existência de Conselhos Municipais de Turismo e Planos de Desenvolvimento e, por fim, sobre a vocação turística da RMS.

*Palavras-chaves: panorama, turismo, Região Metropolitana de Sorocaba.*

#### **Introdução**

Uma escala interessante para a análise das especificidades da atividade turística é, sem dúvida, através da escala de região. (Santos, 2013) Seguindo tal pressuposto, acredita-se que seja necessário observar o panorama do turismo de forma regional, a partir do estudo das regiões metropolitanas - uma vez que quase toda a totalidade das atividades turísticas é realizada nos espaços das cidades. (CRUZ, 2003)

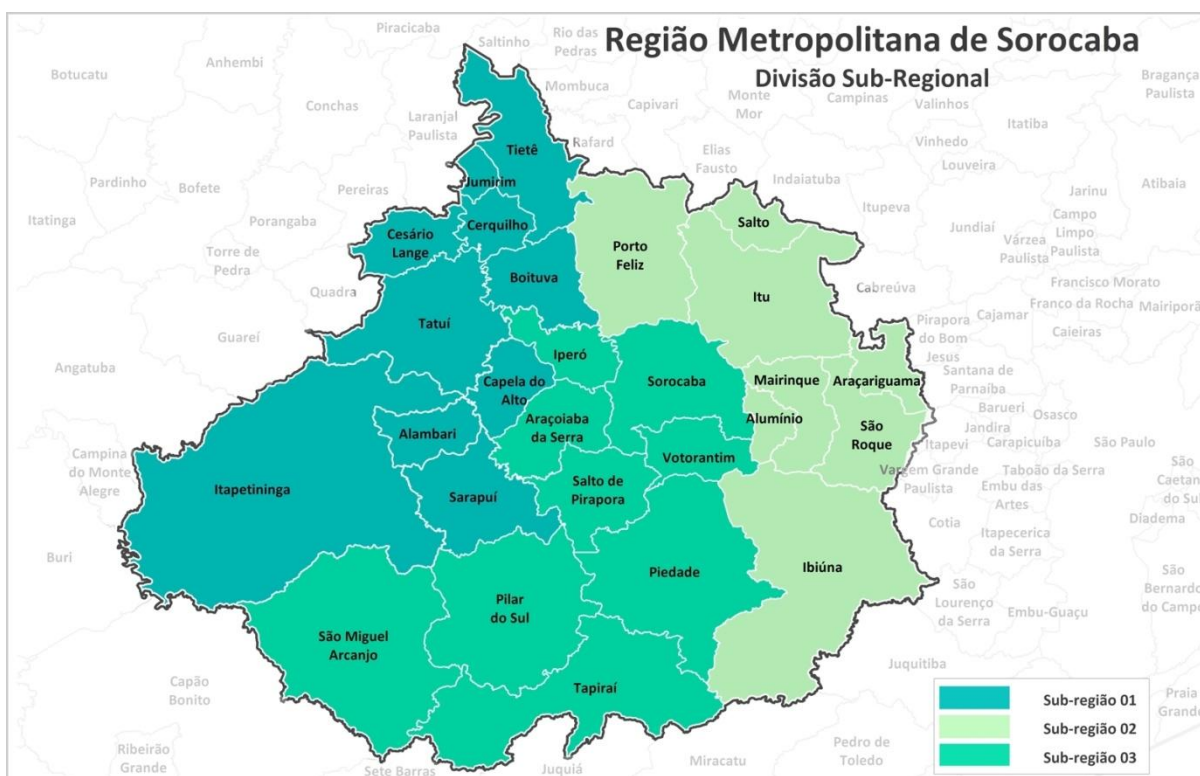
As Regiões Metropolitanas são áreas urbanas compostas por um município densamente povoado e pela conurbação das cidades adjacentes. Para ser considerada uma região metropolitana, os municípios de uma dada região devem possuir um alto grau de integração entre si, compartilhando da mesma infraestrutura

e setor de serviços, além de integrarem-se por meio de aspectos econômicos, políticos e culturais. Para além da função estatística, a região metropolitana tem como objetivo principal criar sistemas de gestão integrados que gerem benefícios comuns. (GUEDES, 2015)

A Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) surgiu por meio da lei complementar estadual n°. 1.241 de 08 de maio de 2014, sendo composta por 27 municípios. Juntos, tais municípios possuem mais de 2 milhões de habitantes e geram mais de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. A RMS está dividida em três sub-regiões, o que pode ser visto no mapa:

- Sub-Região 1: Alambari, Boituva, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Jumirim, SarapuÍ, TatuÍ, Tietê e Itapetininga;
- Sub-região 2: Alumínio, Araçariguama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto e São Roque;
- Sub-região 3: Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, TapiraÍ e Votorantim.

Mapa: Municípios da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)



Fonte: EEMPLASA

A regionalização pode ser também um meio de fortalecer a atividade turística. A Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, por exemplo, classifica os municípios do Estado de acordo com sua potencialidade para o desenvolvimento do turismo local e regional. Dentre os 645 municípios, 70 destacam-se por sua infraestrutura e por seus serviços direcionados ao turismo e, devido a isso, passaram a ganhar o título de Estâncias Turísticas, que podem ser agrupadas como Turísticas, Climáticas e Hidrominerais. As Estâncias Turísticas, segundo a Secretaria, são “cidades com muitas tradições culturais, patrimônios históricos, artesanatos, lindas paisagens, centros de lazer, além de ótimos serviços de gastronomia”. Além de Estâncias, em 2016 a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo anunciou que 140 municípios serão categorizados também como Municípios de Interesse Turístico (MIT) por possuir condições e características para bem receber o turista.

Tanto a chancela de Estância Turística quanto a de MIT requerem o cumprimento de certas condições, segundo o que consta na lei complementar estadual Nº 1.261, de 29 de abril de 2015. Entre essas condições estão possuir um Plano de Desenvolvimento Turístico atualizado e a presença de um COMTUR ativo e operante. Essas são condições mínimas que foram estabelecidas para um melhor planejamento da atividade turística.

Além do título, que dá maior credibilidade às cidades em relação ao turismo desenvolvido, a principal vantagem em se tornar Estâncias ou MIT é o fato de que tais municípios podem contar com recursos financeiros do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, administrado pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR: em 2016, foram R\$ 76,1 milhões liberados para as estâncias turísticas (APRECESP, 2016) e em 2017 serão investidos R\$ 550 mil reais para cada MIT (COLAÇO, 2017).

Observa-se que a Região Metropolitana de Sorocaba possuía, até o fechamento do presente estudo em junho de 2017, quatro municípios considerados Estâncias Turísticas: Ibiúna, Itu, Salto e São Roque. Quanto aos Municípios de Interesse Turístico (MIT), três foram aprovados em maio de 2017: Piedade, Tapiraí e Tatuí. Outros, como São Miguel Arcanjo e Sorocaba, também pleitearam para se tornarem MIT. No entanto, percebe-se que na RMS há municípios que estão ainda muito aquém de possuírem os requisitos mínimos para uma atividade turística planejada e sustentável.

Nesse cenário tão heterogêneo, este trabalho visa observar o panorama geral do turismo na RMS, buscando evoluções no âmbito da gestão do turismo municipal, além de trazer indicadores que podem colaborar para uma melhor gestão regional do turismo.

## **Metodologia**

O presente estudo foi realizado no período de 10/05/2017 a 16/06/2017 e teve como objetivo geral observar o panorama do turismo nas 27 cidades que compõem a Região Metropolitana de Sorocaba.

Tal pesquisa, que pode ser classificada como quali-quantitativa com caráter exploratório, adotou como procedimentos metodológicos pesquisas bibliográficas (consulta a livros, leis e aos sites institucionais de cada município) e também entrevistas estruturadas para levantamento de dados com as secretarias responsáveis pela pasta de Turismo nas prefeituras, bem como encaminhamento das questões por e-mail. Ressalta-se que a consulta à base de dados já existente do OTURESP também foi de extrema importância para a realização da pesquisa.

Os dados do levantamento foram tabulados com o auxílio do programa Microsoft Office Excel e eventualmente reunidos em planilhas de respostas. As análises estatísticas foram realizadas pelo mesmo programa, com a contagem da frequência dos parâmetros desejados das variáveis qualitativas e quantitativas. Os resultados foram obtidos a partir da criação de tabelas e também com o uso de gráficos circulares e de colunas, de modo a facilitar a visualização das respostas.

## **Resultados**

Das 27 cidades da Região Metropolitana de Sorocaba, obteve-se respostas de 23 delas, o que corresponde a 85% do universo analisado. Não foi possível obter contato direto com as prefeituras das cidades de Alumínio, Jumirim, Sarapuí e Tietê, de modo que algumas informações foram captadas somente por meio de pesquisas virtuais, nos próprios sites institucionais.

- **Panorama do turismo na Região Metropolitana de Sorocaba**

Para analisar o turismo na Região Metropolitana de Sorocaba, optou-se primeiramente por visualizar a presença dos municípios em um programa de âmbito federal - no caso, no Mapa do Turismo Brasileiro. De acordo com o Ministério do Turismo (2016), o Mapa do Turismo Brasileiro.

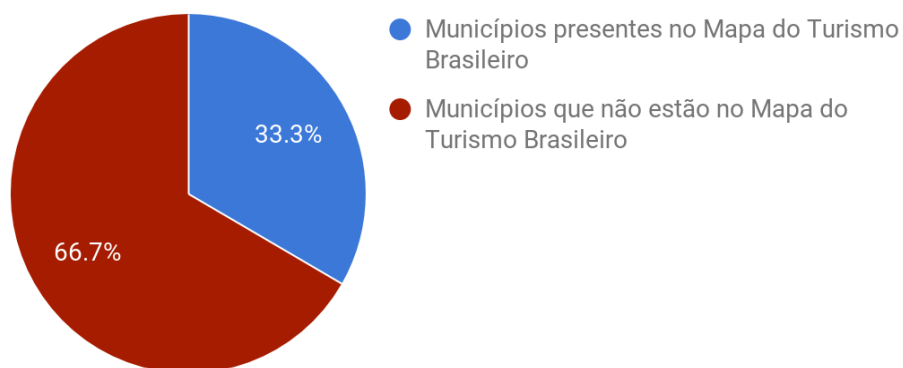
"é um instrumento de orientação para a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento de políticas públicas, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada. Sua construção é feita em conjunto com os órgãos oficiais de Turismo dos estados brasileiros." (MTUR, 2016)

Todos os municípios brasileiros podem fazer parte do Mapa do Turismo, mesmo aqueles que não são Estâncias ou Municípios de Interesse Turísticos, uma vez que o MTur entende que aqueles que não são turísticos podem colaborar com o turismo realizado nos municípios vizinhos. Os critérios para participar são possuir um órgão responsável pela pasta do turismo e ter um orçamento destinado à área, além de assinar um termo de compromisso juntamente do Ministério do Turismo.

Tal ferramenta permite que o Ministério do Turismo vislumbre a importância que o turismo possui atualmente para tais municípios e assim possa colaborar de forma mais efetiva para desenvolver e consolidar novos destinos turísticos. Em São Paulo, dos 645 municípios, 222 estão presentes no Mapa do Turismo. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016)

Constatou-se que, do total de municípios analisados, nove encontram-se inseridos no Mapa do Turismo, na Região Turística Itupararanga Sorocabana, o que corresponde a cerca de 33% das cidades da Região Metropolitana de Sorocaba, o que pode ser visto no gráfico 1.

Gráfico 1: Municípios inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro



Para analisar o turismo em âmbito estadual, optou-se por verificar a presença dos municípios no Programa de Regionalização do Turismo, a partir da análise de um documento da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, em que foram levantados os representantes de cada cidade. Verificou-se que, do total de municípios analisados, 21 possuem interlocutores nas prefeituras que respondem pelo Programa, o que corresponde a cerca de 70% das cidades da Região Metropolitana de Sorocaba. Tal fato pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2: Municípios inseridos no Programa de Regionalização do Estado

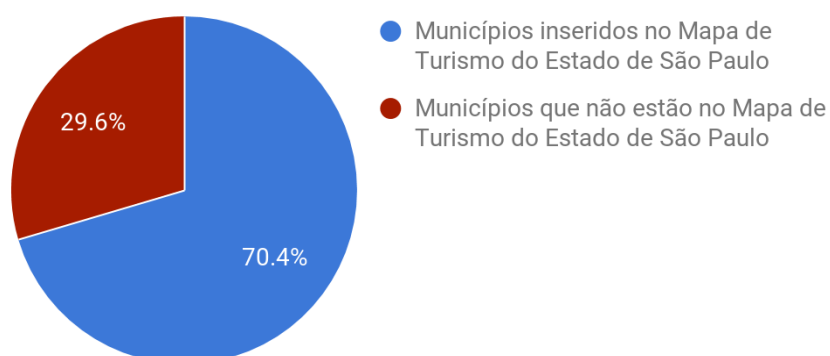
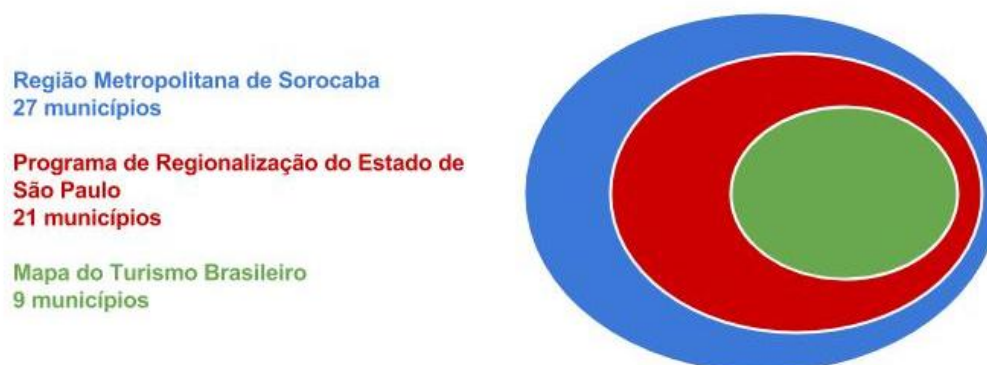


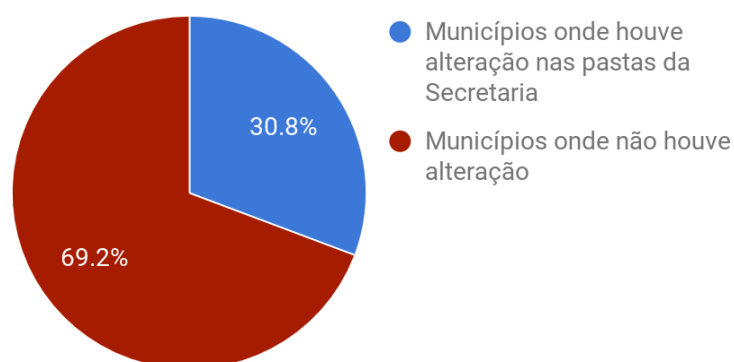
Gráfico 3: Relação dos municípios e os Planos em que estão inseridos.



- **Sobre a pasta de turismo dentro das secretarias**

Ao comparar os dados captados em 2017 com os dados de 2013, observou-se que, dentre os municípios analisados, 69,9% deles (19 cidades) manteve a estrutura organizacional nas Secretarias onde está localizada a pasta de turismo, como pode ser observado no gráfico 4.

Gráfico 4: Municípios que realizaram alguma alteração na Secretaria onde está localizado o turismo



Entre as mudanças observadas nos 30,8% restantes, pode-se citar a transferência da pasta de turismo para outras Secretarias (como pode ser observado na tabela 1) e a inclusão de outras pastas na mesma secretaria onde se localiza o turismo, como as pastas de Lazer, Esporte e Juventude (tabela 2).

Observa-se a partir dessas mudanças, portanto, que a pasta de Turismo, diferente de outras pastas, não encontra-se consolidada ainda em tais cidades.

Tabela 1: Transferência da pasta de Turismo para outras secretarias

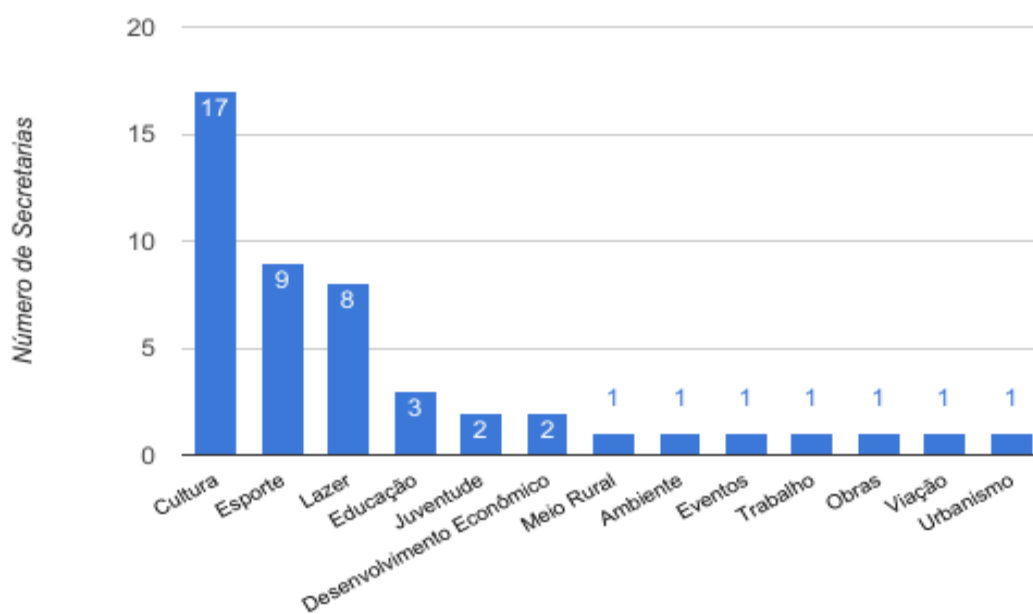
Cidade	Denominação da Secretaria/Departamento em 2013	Denominação da Secretaria/Departamento em 2017
Alambari	Secretaria de Turismo e Eventos	Departamento Educação, Cultura, Esportes e Turismo
Aluminio	Departamento de Administração	Departamento de Cultura
Sarapuí	Departamento de Turismo	Diretoria de Obras, Viação, Urbanismo e Turismo
Sorocaba	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Cultura e Turismo

Tabela 2: Inclusão de outras pastas na mesma secretaria onde se localiza o turismo

Cidade	Denominação da Secretaria/Departamento em 2013	Denominação da Secretaria/Departamento em 2017
Ibiúna	Secretaria de Cultura e Turismo	Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
São Roque	Departamento de Desenvolvimento Econômico / Turismo	Departamento de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Esporte e Lazer
Tatuí	Secretaria da Educação, Cultura e Turismo	Secretaria da Educação, Cultura, Turismo, Lazer e Juventude

Percebe-se que, atualmente, a pasta de turismo na Região Metropolitana de Sorocaba está localizada majoritariamente aliada às pastas de Cultura, Esportes e Lazer, como pode ser visto no gráfico 5.

Gráfico 5: Pastas que dividem espaço com a pasta de Turismo





- **Sobre a continuidade da gestão**

Houve uma troca dos responsáveis pela pasta de Turismo em quase a totalidade das cidades analisadas: 92,6%. Apenas duas cidades mantiveram os mesmos responsáveis pela pasta de Turismo: Alambari e Itapetininga, como pode ser observado no gráfico 6. No caso de Alambari, isso pode ter tido influência da continuidade do mandato do prefeito.

Como somente três das 27 cidades analisadas mantiveram os mesmos prefeitos (Alambari, Iperó e Mairinque), ilustrado pelo gráfico 7, observa-se também uma descontinuidade não somente da gestão do turismo mas também da gestão dos órgãos públicos da Região Metropolitana de Sorocaba de forma geral.

Gráfico 6: Mudança da gestão do turismo nos municípios

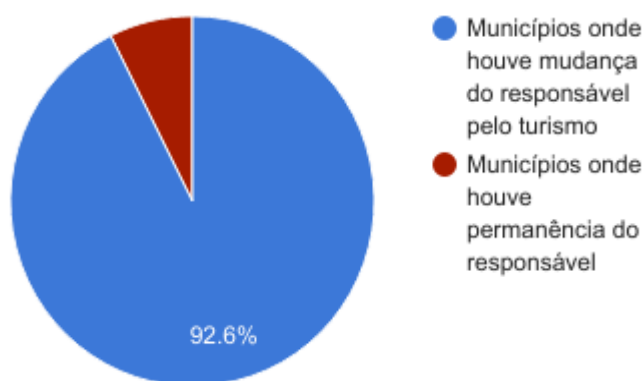
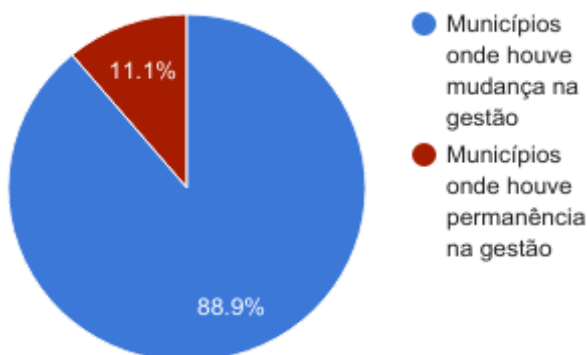


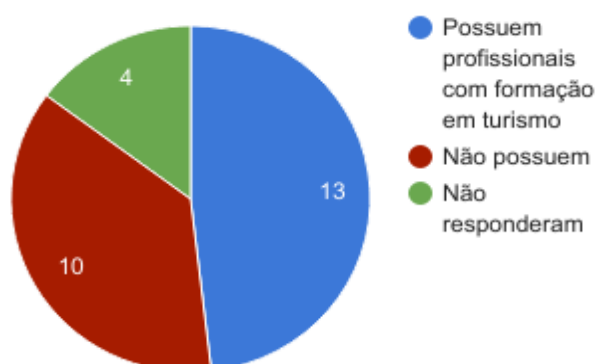
Gráfico 7: Mudança da gestão municipal



- **Sobre a presença de profissionais formados e/ou qualificados em turismo**

Quando perguntados, quase metade (13 municípios) dos órgãos públicos da Região Metropolitana de Sorocaba afirmou possuir profissionais formados e/ou qualificados em turismo, como é possível verificar no gráfico 8.

Gráfico 8: Quantidade de profissionais formados e/ou qualificados em turismo



Das secretarias que possuem profissionais com formação ligada ao turismo, o número de profissionais varia de 1 a 4, como pode ser observado na tabela 3. Em algumas Prefeituras, apesar de haver pessoal com formação em turismo, o profissional não está trabalhando diretamente com o turismo, a exemplo do que ocorre em Porto Feliz.

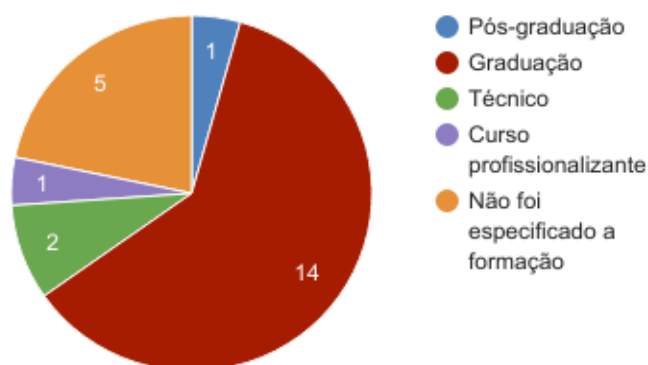
Tabela 3: Número de profissionais ligados ao turismo nas secretarias

Cidade	Número de profissionais	Tipo de formação
Araçariguama	1	Técnico em turismo
Ibiúna	2	1 turismóloga e 1 com pós em turismo
Itapetininga	1	Turismólogo
Itu	4	1 técnico e 3 turismólogos
Mairinque	1	Turismóloga
Pilar do Sul	1	Curso profissionalizante de turismo
Porto Feliz	1	Turismóloga (não exercente)
Salto de Pirapora	1	Não foi especificado a formação
Salto	4	Não foi especificado a formação
Sorocaba	1	Turismólogo
Tapiraí	1	Turismólogo pós em gestão
Tatuí	4	Turismólogos

Votorantim	1	Turismólogo
------------	---	-------------

Observa-se que os profissionais dessas secretarias possuem desde curso profissionalizante de curto prazo sobre turismo oferecido pela própria prefeitura (a exemplo de Pilar do Sul), curso técnico (como Araçariguama e Itu), curso superior (Ibiúna, Itapetininga, Mairinque, Tapiraí e Tatuí) e pós-graduação (como Ibiúna). A graduação em turismo é a formação mais comum entre os profissionais das secretarias formados em turismo, como também pode ser observado no gráfico 9.

Gráfico 9: Tipo de formação em turismo



Ao realizar uma comparação com os dados de 2013 captados pelo OTURESP, observou-se que não houve uma tendência hegemônica sobre o aumento, diminuição ou manutenção do pessoal formado em turismo nas Secretarias analisadas, como pode ser observado na tabela 4.

Em alguns municípios, o número de profissionais formados em turismo diminuiu: Boituva e São Roque passaram de 2 funcionários para nenhum; Ibiúna possuía 3 funcionários e atualmente possui 2; e Piedade possuía um funcionário e atualmente não possui corpo técnico qualificado em turismo.

Em outras cidades, nota-se que o número se manteve: Araçariguama, Mairinque e Sorocaba permaneceram com apenas um funcionário qualificado em turismo. Já Itu permanece com quatro funcionários.

Somente em três municípios houve um aumento do quadro de funcionários formados em turismo: Votorantim não possuía profissionais qualificados e hoje possui um profissional; Tatuí possuía três funcionários e atualmente possui

quatro; e Salto passou de um para quatro funcionários com afinidade na área turística.

Em algumas cidades, como Cerquillo e Cesário Lange, que não possuíam profissionais do turismo, não houve mudanças.

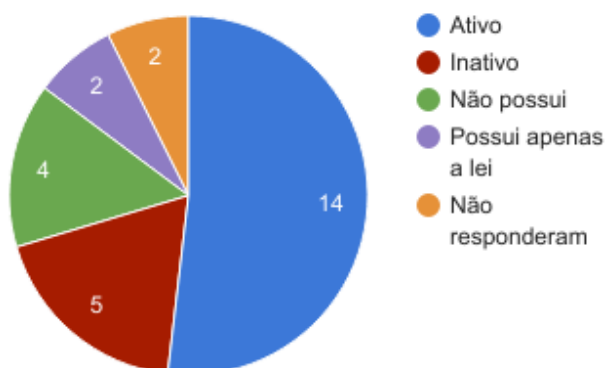
Tabela 4: Comparação entre o número de profissionais com alguma formação em turismo nos anos de 2013 e 2017

Cidade	Número de profissionais em 2013	Número de profissionais em 2017
Alambari	Não informado	0
Aracariguama	1	1
Aracoiaba da Serra	Não informado	0
Boituva	2	0
Capela do Alto	Não informado	0
Cerquillo	0	0
Cesário Lange	0	0
Ibiúna	3	2
Iperó	Não informado	0
Itapetininga	Não informado	1
Itu	4	4
Mairinque	1	1
Piedade	1	0
Pilar do Sul	Não informado	1
Porto Feliz	Não informado	1
Salto de Pirapora	Não informado	1
Salto	1	4
Sao Miguel Arcanjo	Não informado	0
São Roque	2	0
Sorocaba	1	1
Tapiraí	Não informado	1
Tatuí	3	4
Votorantim	Não informado	1

- **Sobre o COMTUR**

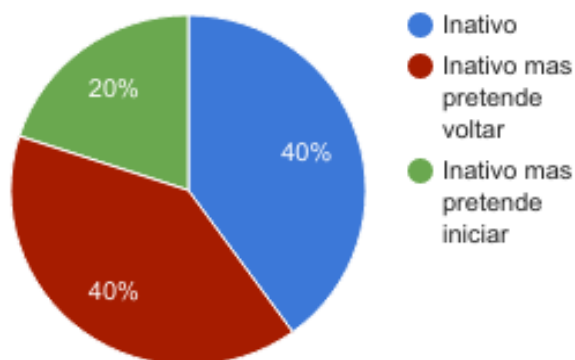
Notou-se que mais da metade das cidades observadas estão com Conselhos Municipais de Turismo ativos e operantes, o que é ilustrado no gráfico 10 e na tabela 5.

Gráfico 10: Status dos Conselhos Municipais de Turismo nas cidades observadas



Entre aquelas que estão com o COMTUR inativo, observa-se diferentes cenários, como ilustrado no gráfico 11: há cidades com o Conselho inativo e sem previsão de retorno às atividades (Alambari e Salto de Pirapora), cidades com previsão de volta das atividades do Conselho ainda em 2017 (Pilar do Sul e Porto Feliz) e uma cidade que possuía apenas a lei e que atualmente tem intenções de iniciar as atividades do COMTUR (Iperó).

Gráfico 11: Status dos municípios com o COMTUR inativo



Observa-se que, segundo a tabela 5, realizada com dados transmitidos pelas secretarias analisadas, grande parte dos Conselhos Municipais de Turismo da região deu início a suas atividades após o ano de 2015.

Tabela 5: Início das atividades do COMTUR na Região Metropolitana de Sorocaba.

Municípios que possuem COMTUR	Início das atividades
Tatuí	1999
São Roque	2004
Salto	2008
Itu	2010

Itapetininga	2013
Boituva	2013
Tapiraí	2014
Araçoiaba da Serra	2015
Sarapuí	2015
Piedade	2016
São Miguel Arcanjo	2016
Votorantim	2016
Sorocaba	2016
Ibiúna	2017

Ao comparar os dados de 2013 captados pelo OTURESP com os últimos dados obtidos, percebeu-se que a maioria das cidades analisadas da Região Metropolitana de Sorocaba já possuía o COMTUR constituído em 2013, como pode ser observado na tabela 6, embora não se possuam evidências de que todos permaneceram ativos e operantes ininterruptamente desde a época.

Nota-se pela interpretação da mesma tabela que há um quadro de evolução quanto à constituição e ativação do COMTUR em algumas cidades, como Itapetininga, que iniciou no ano de 2013; Araçoiaba e São Miguel Arcanjo, que iniciaram em 2015; e Piedade e Votorantim, em 2016, e Araçariguama, que em 2017 está em processo de constituição da lei.

Tabela 6. Comparação sobre o status de atividade do COMTUR em 2013 e 2017

Cidade	Status do COMTUR em 2013	Status do COMTUR em 2017
Alambari	Não informado	Inativo
Aluminio	Não informado	Não informado
Araçariguama	Não possui	Em estruturação da lei
Araçoiaba da Serra	Não informado	Sim
Boituva	Sim	Sim
Capela do Alto	Não informado	Não possui
Cerquilha	Não possui	Não possui
Cesário Lange	Não possui	Possui apenas a lei
Ibiúna	Sim	Sim
Iperó	Não informado	Inativo mas pretende iniciar
Itapetininga	Não informado	Sim
Itu	Sim	Sim
Jumirim	Não informado	Não possui
Mairinque	Não possui	Não possui
Piedade	Não possui	Sim

Pilar do Sul	Não informado	Inativo mas pretende voltar
Porto Feliz	Não informado	Inativo / Previsão de retorno em junho
Salto de Pirapora	Não informado	Inativo
Salto	Sim	Sim
Sao Miguel Arcanjo	Não informado	Sim
São Roque	Sim	Sim
Sarapuí	Não informado	Sim
Sorocaba	Sim	Sim
Tapiraí	Sim	Sim
Tatuí	Sim	Sim
Tietê	Sim	Não informado
Votorantim	Não informado	Sim

- **Sobre a existência de Planos de Desenvolvimento Turístico (PDT)**

Das 27 cidades analisadas, quase metade (12 cidades) afirmou possuir um Plano de Desenvolvimento Turístico atualizado. Oito cidades informaram que não possuem, duas disseram que estão em processo de estruturação e cinco cidades não informaram, segundo o gráfico 12. A maioria dos PDTs foram realizados no ano de 2015 ou em data posterior, o que pode ser visto na tabela 7.

Tal informação demonstra que uma boa parcela das cidades ainda não possui um documento formal que evidencia suas potencialidades.

Gráfico 12: Existência de Plano de Desenvolvimento Turístico

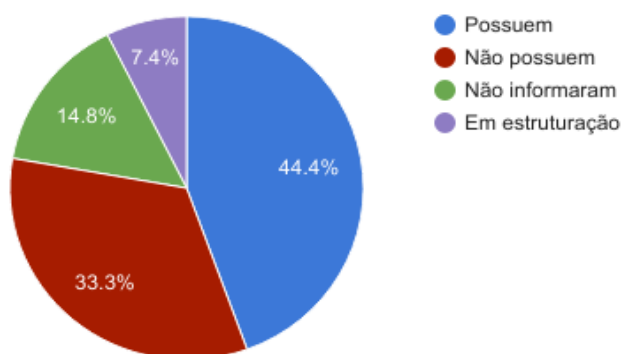


Tabela 7: Ano de apresentação do Plano de Desenvolvimento Turístico

Cidade	Ano de apresentação do PDT
São Roque	2010
Salto	2014

Ibiúna	2015
Itu	2015
Piedade	2015
Tapiraí	2015
Tatuí	2015
Cesário Lange	2016
Iperó	2016
Sao Miguel Arcanjo	2016
Araçoiaba da Serra	2017
Votorantim	2017
Pilar do Sul	Em estruturação
Sorocaba	Em estruturação
Boituva	Será construído

- **Sobre os principais segmentos do turismo**

Dos municípios analisados, apenas Araçariguama informou não apresentar atividade turística. Dos demais, 3 não informaram quais categorias melhor se enquadram e as outras 23 cidades citaram 10 categorias (turismo rural, ecoturismo, esportivo, histórico, cultural, enoturismo, gastronômico, negócios, religioso e de segunda residência) onde prevalecem o turismo rural e o ecoturismo, como consta na tabela 8 e ilustrado no gráfico 13.

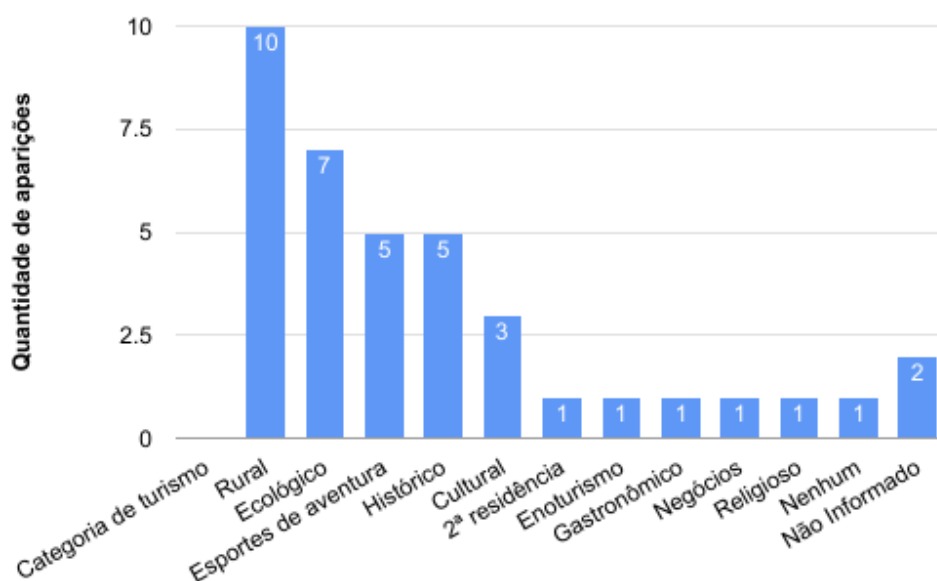
Tabela 8: Disposição das categorias de turismo na RMS em 2017

Cidade	Categoria de turismo
Alambari	Não é turística
Alumínio	-
Araçariguama	Turismo histórico e cultural
Araçoiaba da Serra	Turismo rural
Boituva	Turismo de esporte de aventura (Balonismo, salto)
Capela do Alto	Turismo de segunda residência
Cerquillo	Turismo de esporte de aventura (Bóia cross, rafting)
Cesário Lange	Turismo rural
Ibiúna	Turismo ecológico, religioso e esportivo
Iperó	Turismo rural e histórico
Itapetininga	Turismo rural
Itu	Turismo histórico



Jumirim	Turismo de esportes de aventura
Mairinque	Turismo de esportes de aventura
Piedade	Turismo rural
Pilar do Sul	Turismo histórico e ecoturismo
Porto Feliz	Turismo histórico e potencial rural
Salto de Pirapora	Ecoturismo e turismo rural
Salto	Turismo cultural, ecoturismo e rural
Sao Miguel Arcanjo	Turismo de esportes de aventura, ecoturismo e rural
São Roque	Enoturismo e gastronômico
Sarapuí	Turismo rural
Sorocaba	Turismo de negócios
Tapiraí	Ecoturismo
Tatuí	Turismo cultural
Tietê	-
Votorantim	Turismo ecológico

Gráfico 13: Principais segmentos do turismo na Região Metropolitana de Sorocaba



- **Sobre obras e principais expectativas**

Poucos foram os municípios que disseram estar realizando grandes investimentos em obras para o turismo. Cita-se como grandes obras da Região:

1. O término do Complexo Turístico do Parque da Mina do Ouro, da Secretaria de Cultura e Turismo de Araçariguama;

2. O projeto de Trem Republicano (ligando Itu a Salto), da Municipal de Turismo, Lazer e Eventos de Itu;
3. O projeto de Roteiro do Vinho do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Esporte e Lazer de São Roque;
4. O projeto de estruturação das cachoeiras da Divisão de Turismo e Cultura de Tapiraí.

Com relação às expectativas relacionadas ao turismo, observou-se, na maioria das cidades analisadas, o desejo de tornar-se Município de Interesse Turístico. As expectativas das cidades para o turismo, portanto, vão majoritariamente em direção a cumprir as condições e requisitos da lei complementar Nº 1.261, ou seja, retomada das atividades do COMTUR, aprovação de leis e também a elaboração e apresentação do PDT. Apresentação e aprovação de documentos, execução de reuniões com os gestores, a criação de leis e outros trâmites burocráticos foram citados como próximos passos a serem realizados pela gestão.

Muitas secretarias mostraram interesse no fomento de determinados segmentos do turismo (eventos, turismo rural, turismo de negócios), mas poucos projetos em desenvolvimento foram citados.

### **Considerações finais**

Os levantamentos realizados sobre os 27 municípios que compõem a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) foram bastante significativos para a caracterização atual da estrutura do turismo nessa área. A partir da análise dos dados obtidos, percebe-se, de modo geral, que o turismo ainda não se encontra consolidado na RMS, embora note-se um certo interesse pelo fomento da atividade turística.

Observa-se que parte dos municípios pesquisados está no Mapa do Turismo Brasileiro e que a região possui também uma boa representatividade no Programa de Regionalização do Turismo do Estado de São Paulo, caracterizando-se dentro da Região Turística Itupararanga Sorocabana. Tais fatos demonstram que a região, de fato, tem o turismo como atividade real e potencial. Mesmo nos municípios que não estão no Mapa ou no Programa há a possibilidade de que a atividade turística esteja sendo realizada, mas que não tenha havido manifestação

de interesse dos gestores em participar desses programas ou mesmo que não tenha havido uma cobrança eficiente para que eles participem.

Quanto à gestão municipal do turismo, observou-se por meio dos levantamentos que a maioria das secretarias onde está localizada a pasta de turismo manteve a sua estrutura organizacional. No entanto, nota-se algumas mudanças administrativas, tais como as mudanças dos gestores do turismo e dos próprios chefes de gabinete do município em alguns municípios, bem como a migração da pasta de turismo de uma secretaria para outra e a inclusão de outras pastas na mesma secretaria onde se localiza o turismo em alguns municípios. Acredita-se que tais modificações possam indicar uma descontinuidade não somente da gestão do turismo da RMS, mas também das políticas públicas de turismo. Tal informação é preocupante porque as diretrizes e metas desenvolvidas pelo Estado determinam o modo como o turismo apropria-se do espaço (CRUZ, 2000) e políticas públicas descontínuas que desconsideram o planejamento turístico a longo prazo podem gerar impactos negativos no destino.

Observa-se, também, que na maioria dos municípios da RMS a pasta de turismo está localizada juntamente à outras pastas, principalmente com as de Cultura, Esporte ou Lazer, inferindo-se que nessas secretarias há o uso conjunto dos recursos captados. A inclusão de outras pastas ou a migração da pasta de turismo para outra secretaria pode indicar a alteração da quantidade de recursos destinados para a área do turismo.

Foi interessante notar, ao longo da captação de dados, a presença de um corpo técnico qualificado em turismo em praticamente metade da amostra analisada. Considerando a quantidade representativa de fator humano qualificado, acredita-se que tal fato possa ser bastante positivo, visto que a presença dessa equipe técnica pode levar ao desenvolvimento de políticas públicas mais pertinentes e a um melhor planejamento e operacionalização da atividade turística - embora seja possível admitir que esse corpo técnico possa estar exercendo dentro das secretarias outras atividades não relacionadas ao turismo.

Quanto à presença de Conselhos Municipais de Turismo, percebe-se que a maioria dos municípios está com seu COMTUR ativo e operante, o que sugere uma gestão mais participativa do *trade* na gestão turística. Observou-se que, mesmo nos municípios onde o órgão encontra-se inativo, há desejo por parte da gestão pública de criar ou de voltar com as atividades realizadas.

Notou-se, também, que uma parte relevante dos Conselhos Municipais teve suas atividades iniciadas após o ano de 2015, o que pode estar associado à publicação da lei estadual nº 1.261 do mesmo ano, que estabelece condições para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico (MIT). Segundo tal lei, para que torne-se Município de Interesse Turístico, é necessário que o município cumpra quatro condições essenciais: 1) tenha potencial turístico; 2) disponha de serviço médico emergencial, meios de hospedagem, serviços de alimentação e serviço de informação turística; 3) disponha de infraestrutura básica, como saneamento básico, abastecimento de água e energia; 4) possua atrativos turísticos expressivos, um Plano Diretor de Turismo aprovado nos últimos 3 anos, e, por fim, um Conselho Municipal de Turismo atuante.

Como grande parte dos COMTUR teve início em suas atividades após o ano de 2015, pode-se inferir que a possibilidade em receber repasses do DADE como MIT possa ter influenciado os municípios para a reativação das reuniões ou criação dos Conselhos Municipais de Turismo.

Outra condição para que o município torne-se Estância ou MIT é a existência de um Plano de Desenvolvimento Turístico atualizado, documento que evidencia as potencialidades do município e colabora para um planejamento mais sustentável do turismo. Nota-se que menos da metade dos municípios analisados possui tal documento. Entre os que possuem, as Estâncias Turísticas da região são os municípios que necessitam com maior urgência revisar tal documento, uma vez que a atualização deve ser realizada a cada três anos. Tal como o COMTUR, percebe-se que a entrega dos PDTs acentuou-se após a promulgação da lei estadual nº 1.261, o que colabora com a inferência sobre a influência de tal lei.

Ainda com relação à existência de Conselhos Municipais de Turismo e de Plano de Desenvolvimento Turístico na RMS, percebe-se que grande parte da amostra analisada ainda não possui essas duas condições essenciais de forma concomitante e que, sem elas, é impossível a inclusão desses municípios em qualquer um dos dois grupos, embora exista potencial turístico nessas cidades.

Uma importante contribuição do presente estudo relaciona-se ao cruzamento dos dados sobre a presença de corpo técnico qualificado em turismo com a existência de Planos de Desenvolvimento Turístico (PDT). Entre os documentos que um bacharel de turismo está apto e habilitado para elaborar estão os PDTs - presume-se, portanto, que em secretarias onde tal profissional faz parte

da equipe os Planos de Desenvolvimento estejam atualizados ou em estruturação, e que as diretrizes, metas e projetos dentro deles estejam sendo seguidos.

No entanto, no cenário avaliado, percebeu-se que há uma quantidade significativa de municípios onde, embora existam PDTs atualizados, não há profissionais da área dentro da gestão do turismo. Tal dado é preocupante pois somente a existência de uma ferramenta técnica, desvinculada do fator humano competente, não assegura o manejo correto do turismo - visto que, notou-se, em algumas dessas secretarias não há total ciência da função e da importância do Plano de Desenvolvimento do Turismo.

Na contramão, nas secretarias de turismo onde o fator humano qualificado está em maior número ou possui maior nível de especialização, percebe-se que o turismo tomou grande relevância, visto que são hoje Estâncias Turísticas ou Municípios de Interesse Turístico (como os municípios de Ibiúna, Itu, Salto, Tapiraí e Tatuí). É possível inferir, portanto, que a presença de um corpo técnico qualificado (seja de técnicos ou bacharéis em turismo) pode ter tido relevância no impulsionamento do turismo. A aproximação e parceria com centros de ensino podem ter colaborado também para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Turístico.

Quanto à vocação turística da RMS, prevalece na região, segundo o que foi captado pela análise dos discursos das secretarias de turismo analisados, os segmentos de turismo rural, o turismo ecológico e o turismo de esportes de aventura, juntamente com o turismo histórico. A informação mais inesperada resultante do presente estudo foi a relevância dos esportes de turismo de aventura, que aparentemente ganhou destaque nos últimos anos. O único município que autodeclarou-se como não turístico foi Alambari.

Ressalta-se que a prática de alguns segmentos de turismo, em muitos casos, pode alavancar a popularidade de novos segmentos complementares, tal como no caso de São Roque. Segundo entrevista com o representante do município, o enoturismo foi o grande impulsionador também do turismo gastronômico - e que atualmente mostra indícios de ter se tornado o principal segmento de São Roque. O desenvolvimento de novos segmentos de turismo no destino pode levar a uma maior diversificação dos atrativos visitados e maior satisfação do turista que o visita.

Como principais dificuldades encontradas na elaboração de tal estudo, cita-se, principalmente, a dificuldade em conseguir contatar os responsáveis pela

pasta de turismo para o levantamento de dados. Cita-se, também, as dificuldades concernentes à própria gestão pública, como a falta de continuidade dos trabalhos realizados pelas Secretarias de Turismo municipais após a mudança de governo bem como o desconhecimento dos funcionários dos órgãos públicos quanto a pasta de turismo.

Por fim, como objeto dos próximos estudos, acredita-se na relevância de comparar os resultados obtidos na Região Metropolitana de Sorocaba com outras regiões metropolitanas de São Paulo com realidades similares, tal como a Região Metropolitana de Campinas. Tal exercício pode resultar no entendimento de forma mais aprofundada da realidade da RMS e quais os próximos passos a serem dados para uma gestão do turismo mais eficiente.

## Referências bibliográficas

APRECESP. Estâncias turísticas de SP ganham repasse de R\$76,1 milhões do DADE. Disponível em: <[http://aprecesp.com.br/noticias/11-03-2016\\_estancias\\_turisticas\\_de\\_sp\\_ganham\\_repasse\\_de\\_r\\$761\\_milhoes\\_do\\_dade#.WTWdTZLyvIU](http://aprecesp.com.br/noticias/11-03-2016_estancias_turisticas_de_sp_ganham_repasse_de_r$761_milhoes_do_dade#.WTWdTZLyvIU)> Acesso em: 07 mai. 2017

COLAÇO, J. **SP terá mais municípios com título de Interesse Turístico**. Disponível em: <[http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/brasil/2017/05/sp-tera-mais-municipios-com-titulo-de-interesse-turistico\\_146819.html](http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/brasil/2017/05/sp-tera-mais-municipios-com-titulo-de-interesse-turistico_146819.html)> Acesso em: 07 mai. 2017

CRUZ, R. de C. A. Da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. 125 p

\_\_\_\_\_. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 167 p.

GUEDES, M. H. **A Grande MetrÓpole**. Clube de Autores, 2015, 182 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **São Paulo tem novo mapa turístico**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6476-s%C3%A3o-paulo-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>> Acesso em: 05 mai. 2017

SANTOS, J. C. V. Categoria de análise geográfica "região". In: **Região e destino turístico**: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares. São Paulo: All Print, 2013. p. 21-50

## Para possível publicação em periódicos (em ordem de interesse)

Brasileiros:

- Visão e Ação - Univali
- Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (dois autores precisam ser doutores)
- Turismo em Análise
- Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)

Internacionais:

Estudios y Perspectivas en Turismo